

Falando para as Paredes

A questão nacional argentina em um discurso radiofônico de Jorge Luis Borges

Gustavo Naves Franco¹

Resumo:

O artigo oferece uma análise das reflexões e posicionamentos políticos do escritor argentino Jorge Luis Borges nos anos 1930, com destaque para a leitura de um discurso radiofônico redigido pelo autor por ocasião do quarto centenário de Buenos Aires. São avaliadas as transformações pelas quais sua conduta intelectual vinha passando, naquele momento de rearticulação de forças na sociedade portenha, quando as perspectivas de evolução sociohistórica da Argentina eram incertas, ao mesmo tempo em que a situação geopolítica mundial vivia um momento de indefinição. Assim, é proposto um entendimento de sua retórica e de seus enunciados como resultados da adoção de um nacionalismo moderado e pragmático, tendo em vista sua defesa de valores e ações por ele associados ao século XIX e à tradição britânica, os quais teriam sido corrompidos pelos próprios agentes responsáveis por sua preservação no século XX.

Palavras-chave: Jorge Luis Borges (1899-1986); pensamento social argentino; literatura argentina.

Abstract:

The article offers an analysis of political thoughts and stances of the Argentine writer Jorge Luis Borges during the 1930s'. The focus is on the interpretation of a Borges' radio discourse elaborated for the Buenos Aires' fourth centenary celebrations. It evaluates the transformations on his intellectual behavior in that moment, when there was a national crisis in Argentine as well as in the uncertain world's geopolitical scenario. Finally, his rhetorical procedures and the contents of the discourse seems to be a result of the adoption of a moderate, pragmatic, nationalistic orientation, defending the values and actions that he associated to the 19th century and to the English tradition,

¹Professor Adjunto de Historiografia Literária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Email: gnavesfranco@gmail.com

which would have been corrupted by the same agents responsible for their preservation in the 20th century.

Keywords: Jorge Luis Borges (1899-1986); Argentine social thought; Argentine literature.

O escritor argentino Jorge Luis Borges tornou-se conhecido, no decorrer do século XX, como um brilhante artífice de histórias fantásticas e irreais. No entanto, a bibliografia mais recente a seu respeito, embasada no levantamento de fontes diversificadas e em novas perspectivas teóricas, ressaltou os aspectos políticos e a discussão ética presentes em sua obra (SARLO, 1995 [1993]; BALDERSTON, 1996 [1993]; GONZÁLEZ, 1998; PINTO, 1998; GIORDANO, 2001; LOUIS, 2007). Ainda assim, a caracterização de suas reflexões acerca dos conflitos e impasses de seu tempo segue por demandar maiores esforços investigativos, de modo que o presente artigo se propõe a oferecer uma contribuição a esse campo de estudos, tendo como pano de fundo a situação histórica da Argentina nos anos 1930, bem como a longa crise que atravessou a primeira metade do século XX no mundo ocidental.

Mais especificamente, pretende-se aqui avaliar a inserção de Borges nos debates sobre a questão nacional em seu país no período, com ênfase para a análise de um discurso por ele redigido para leitura na Rádio Cólón de Buenos Aires em 1936, articulada à avaliação de outros textos de sua autoria publicados na mesma época. Trata-se, por um lado, de apreender certos fatores da índole e do pensamento de Borges que poucas vezes seriam novamente anunciados com o mesmo direcionamento prático e propositivo, dada a própria natureza das questões abordadas no discurso, voltado à análise de uma situação social imediata; e, por outro, de rediscutir essa mesma conjuntura à luz do episódio, levando em consideração, inclusive, a repercussão quase nula que suas palavras tiveram na sociedade portenha.

Será então verificado como, já naquele momento, antes de iniciar sua produção ficcional mais conhecida, Borges elaborava uma expressão singular de um conservadorismo político com viés moderado, nacionalista e reformista, motivado por dois pontos determinantes de sua formação intelectual. Em primeiro lugar, estava sua admiração e respeito pelo processo de formação nacional da Argentina no século XIX, ao qual ele associava um conjunto de virtudes morais, cujo resgate lhe parecia cada vez

mais necessário, em meio aos tumultos e desgovernos pelos quais o país passava no século XX. Em segundo lugar, havia a valorização de certos valores e hábitos por ele atribuídos à cultura britânica, da qual se considerava um herdeiro indireto, fosse pela tradição familiar (HADIS, 2006), fosse pela mobilização de referências cada vez mais presentes em seus textos, a partir do início da década, como a obra de G. K. Chesterton.

Borges, por sinal, nunca viu nesse duplo registro um paradoxo. Como atesta sua resposta a uma pesquisa da revista *Nosotros*, sobre a ameaça de um novo conflito armado na Europa (BORGES, 2007, [1936]), ele considerava possível ser simultaneamente nacionalista e anglófilo, enquanto haveria também um nacionalismo à moda francesa, outro de matriz germânica, etc. Porém a manifestação contemporânea desse último remetia a um critério ontológico e racial que ele repudiava, e sua célebre ‘francofobia’, para usar uma expressão de Juan José Saer (2004 [1992]), o afastava dos ideais abstratos associados à França. Ao mesmo tempo, cultivava certo provincianismo burguês e decorosamente sentimental que caracterizava sua forma de afeto pela terra pátria, particularmente aos subúrbios de Buenos Aires, tal como apareciam, em 1929, na biografia do poeta local Evaristo Carriego. E esta ‘política do pudor’, como a definiu Alan Pauls (2000), seria um dos atributos que o faziam sentir-se um herdeiro do século XIX inglês, em uma apropriação obviamente seletiva daquele legado.

Esse tópico será retomado adiante, em sua relação com outros assuntos levantados pelo discurso. Então será possível observar Jorge Luis Borges, em um raro momento de maior clareza quanto às suas opções políticas, que, posteriormente, ressurgiriam em sua produção narrativa apenas de maneira enviesada pela sátira, pela ironia e pela alusão, dada sua condição de epílogo consciente de uma tradição declinante. Portanto, será possível observá-lo em uma condição de notável isolamento, tornada ainda mais clara pelas relações de sua postura com a de outros personagens igualmente excêntricos do contexto intelectual argentino no período, como o senador Lizandro de la Torre, mais um esclarecido e deslocado defensor da ordem decadente (DONGUI, 2004, p.123-4). O documento de 1936, portanto, mostra-se ao mesmo tempo um ponto de cristalização e um precedente de uma dispersão na trajetória intelectual do autor. Seus enunciados e modulações retóricas resultaram de algumas evoluções de seu pensamento iniciadas com uma obra sobre Carriego, porém, não mais viriam a ser

expressos com o mesmo propósito de intervenção nos debates da capital argentina, a não ser em artigos pontuais e isolados.

Ainda assim, se, por um lado, o discurso estava impregnado de anacronismo, que o condenaria ao malogro e ao olvido, por outro, de maneira não totalmente despropositada, propunha uma “restauração” de determinados valores e práticas associados a um passado relativamente recente naquele momento; isto é, tratava-se de conferir nova substância e consistência a uma série de preceitos que vinham sendo esvaziados e deturpados por aqueles que seriam seus próprios herdeiros diretos. No instante histórico em que aqueles preceitos estavam sendo ameaçados de dissolução, portanto, Borges se manifestaria no sentido de recuperá-los, em um processo que, para ser iniciado, dependeria de uma retórica persuasiva, sincera e moderada, porém atrelada a difíceis decisões morais e práticas, também entendidas por ele como própria à formação nacional oitocentista, em contraposição ao caráter impositivo dos discursos fascista e comunista dos anos 1930, bem como à violência de um regime autoritário corrupto, cuja linguagem não era outra que a da busca de perpetuação dos privilégios do poder.

Tratava-se, igualmente, de um ato de automodelagem do próprio orador, para adaptar-se às demandas por ele identificadas no contexto de sua fala, mesmo que essas pudessem ser fruto de um diagnóstico equivocado ou mera ilusão. Acompanharemos, pois, justamente o momento em que Borges esboçaria uma logo abortada reinvenção de si mesmo como agente no cenário político local, após ter sido um militante ativo da campanha que levou Hipólito Yrigoyen pela segunda vez à presidência, em 1928, professando ideais de um radicalismo que ele mesmo logo identificaria como tolo e inepto, porém, sem perder o sentimento de ternura pela própria figura do velho caudilho populista, estendido ao ambiente sociocultural da Buenos Aires dos anos 1920 como um todo. Assim, quando a reação militar autoritária de 1930 destituiu Yrigoyen e sua Unión Cívica Radical do poder, embora reconhecesse a ‘racionalidade’ do golpe – dado o estado de descontrole e confusão a que haviam chegado as instituições argentinas sob o comando da UCR –, Borges também se recusaria a acatar a imagem do governo deposto como ‘cruel’ e ‘tirânico’, tal como divulgada pela propaganda denunciata do general José Felix Uriburu (BORGES, 1979 [1930], p.1-16).

Desse modo, ao que se apresentava como uma reação das antigas elites portenhas a um movimento popular em ascensão democrática, ele havia oferecido uma dupla crítica. Em primeiro lugar, observava que as vagas aspirações e o entusiasmo dos anos 1920 haviam de fato fracassado na operação cotidiana da máquina pública; ao mesmo tempo, o gesto reacionário daí decorrente perdia toda a razão, ao pintar esse fracasso com as tintas da vingança e do ressentimento, buscando legitimar-se através de uma campanha difamatória e mentirosa, que corrompia o novo regime no próprio ato de sua fundação.

Esse raciocínio já continha a chave para a evolução do pensamento de Borges nos anos posteriores, não apenas no que se refere ao cenário argentino, mas quanto à conjuntura geopolítica internacional. Pois, na análise de acontecimentos que se sucederam à Primeira Guerra, ele vinha percebendo que a demonização, repressão e humilhação irrestrita dos inimigos da velha ordem, por seus novos e inseguros representantes, implicava no aumento desmedido do rancor e do ódio contra todos os seus valores e tradições. Assim como, com o Tratado de Versalhes, a Inglaterra havia criado o ambiente para a emergência do nazismo em solo alemão, a elite política argentina estaria gerando as polarizações fascista e comunista em seu próprio território, ao conferir a seus eventuais agentes – ainda não associados a qualquer ideologia política sistematizada – um caráter de ameaça, que devia ser reprimida a todo custo. Daí a necessidade de reformulação de um discurso nacionalista pragmático, capaz de operar com um espectro mais flexível de diferenças e variáveis internas, sem que estivesse subjugado a temores irracionais ou constructos ideológicos, e que reconhecesse a existência de adversários, sem recorrer à calúnia para desqualificá-los como párias.

Como veremos, Borges atingia aí o cerne de uma importante linhagem de interpretação nacional, que via na dualidade entre civilização e barbárie o índice predominante da experiência política argentina. Pois o século XIX a que ele se apegava não era exatamente o de Domingo Faustino Sarmiento, quando a formação do país era descrita como uma luta de princípios civilizadores contra forças telúricas e demoníacas, representadas, em primeiro lugar, por Facundo Quiroga, mas também pela figura mais enigmática de Don Juan Manuel Rosas, motivo de fascínio e rejeição simultâneos para Sarmiento, na medida em que nele a barbárie feroz teria se convertido em um despotismo frio e sanguinário, alojado no próprio governo central de Buenos Aires. De

modo distinto, portanto, a experiência oitocentista que Borges gostaria de recuperar como exemplo referia-se a uma época de embates e negociações menos romantizados, não por serem menos violentos, mas por tratarem de situações contingentes e de impasses específicos, que precisavam e podiam ser solucionados por uma sucessão de ações localizadas. Enquanto a releitura de Sarmiento nos anos 1930, na *Radiografía de la Pampa* de Ezequiel Martínez Estrada, por exemplo, favorecia a visão de um enredamento da Argentina em uma tragédia de dimensões cósmicas e recorrência cíclica, condenando-a ao eterno retorno de potências naturais reprimidas.

Então, no mesmo movimento em que faria uma releitura da própria obra, deslocando Buenos Aires da esfera do mito (em que estivera em alguns de seus poemas dos anos 1920) para o plano da história, Borges procurava destituir a nação de quaisquer maldições ontológicas, para defini-la segundo uma perspectiva mais prosaica e niveladora. Com isso, revelava acima de tudo a índole pragmática que vinha assumindo em sua postura, conforme assistia à emergência de ideologias políticas messiânicas, e via as próprias exaltações da década anterior sob um prisma que alternava feixes de ternura e arrependimento. Mas isso implicava também a busca por novos impulsos para o otimismo e a confiança em um projeto nacional de longo prazo, na expectativa de que atos competentes e uma negociação hábil recuperassem as bases sobre as quais poderiam ser feitas melhorias no desenho social argentino, em um programa de desenvolvimento gradual e na inserção do país no mundo das nações ocidentais. Ainda que, naquele momento, tais fontes pudessem parecer tão escassas e irreais, dado o contexto imediato em que surgiria o discurso, bem como a situação internacional como um todo no período entreguerras, de maneira que a própria confiança no futuro precisasse ser sutilmente forjada nas modulações de sua voz, para que não se mostrasse simplesmente quixotesca.

Esse é um problema a ser retomado a partir da análise dos documentos disponíveis. Antes de abordar diretamente o texto com o registro da fala de Borges na Radio Colón, será útil recuperar alguns artigos e resenhas escritos por ele na década de 1930, os quais devem servir à elucidação de nosso objeto principal, além de fornecer subsídios a um entendimento mais detalhado do ambiente histórico em que transitamos.

Mostra-se relevante, em primeiro lugar, uma descrição feita pelo autor do primeiro ato daquele espetáculo iniciado com o golpe de seis de setembro de 1930,

quando o general Uriburu assumiu a frente das múltiplas forças mobilizadas para derrubar Yrigoyen. Ela se encontra em um artigo escrito para o jornal *Crítica* de 29 de setembro de 1933, tendo como motivação a leitura de *Spreading germs of hate*, obra então surgida em Londres, sobre os recursos de propaganda utilizados pelas nações em conflito na Primeira Guerra Mundial. Os méritos da prosa de seu autor, Jorge S. Viereck, são logo questionados por Borges; mas as informações recolhidas no livro são por ele mobilizadas para uma série de reflexões subsequentes, tratando da “repugnante felicidade” com que as populações dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra teriam consumido imagens – muitas vezes falsas– da crueldade e da sordidez do povo alemão, em batalhas e no tratamento de prisioneiros de guerra, entre os anos de 1914 e 1918. Ele se refere, portanto, ao uso da mentira e do simulacro como meios de afirmação de uma absoluta superioridade moral, que justificasse as atrocidades cometidas pelo lado vencedor da guerra, culminando com a deliberada e desmedida humilhação dos perdedores, imposta pelo Tratado de Versalhes (BORGES, 2007 [1933b], p.56-60).

Cabe indicar, desde já, que isso não implicava em uma postura incondicionalmente pacifista por parte de Borges, mas sim em um entendimento do conflito bélico como último instrumento de resolução de disputas políticas e definição de fronteiras, que não excluísse o respeito e a preservação da dignidade do adversário. Inclusive porque o orgulho forjado pela fraude só podia favorecer a continuidade cíclica do embate, fazendo com que a arrogância alimentasse o ressentimento, e o ressentimento se transformasse em ódio, gerando uma sensação de eterno retorno, cujas origens podiam ainda ser remontadas à vitória alemã contra a França em 1870. Não importava quem havia começado a briga: a questão era que ninguém tinha ainda conseguido terminá-la de maneira competente, e o mundo seguia enredado na lógica circular da vendeta, o que a chegada ao poder do partido nacional-socialista alemão, naquele ano, só fazia por corroborar. Quanto à situação interna da Argentina, o diagnóstico em questão proporcionava uma analogia que Borges elaborou no seguinte trecho:

Se segunda-feira eclodir uma guerra, na terça este planeta estará nadando em mitologias. De um lado, faremos com que esteja a luz, do outro a perdição... Já recentemente, por ocasião de um concorrido seis de setembro, nos animou um apetite obscuro por prevaricações, subornos e escândalos. Antes, uns poucos homúnculos haviam perdido ou deteriorado sua alma imortal no exercício do roubo; logo, sua vergonhosa ocupação caiu em mãos provisórias

e – o que é pior – a República inteira se dedicou à infinita beatitude de condená-los. (2007 [1933b], p.59)

É mencionado, em seguida, o mecanismo de criação de “falsas memórias” sobre o governo radical de Yrigoyen, que o convertiam em uma máquina criminal organizada e cheia de segredos ainda por serem revelados. Antes disso, porém, já havia sido feita uma afirmação sobre a propaganda na Primeira Guerra, que adquiria aqui nova ressonância: “Inferir do embuste destas histórias a inocência total dos alemães seria de péssima lógica” (BORGES, [1933b], p.59). Paralelamente, Borges, em momento algum, concedeu aos governantes depostos em 1930 o estatuto de vítimas inocentes da truculenta reação militar. O que ele repudiava era a “beatitude” moral com que o regime buscava se representar, contando com a adesão daqueles que não demoraram a encontrar no populismo da UCR a origem de todos os males nacionais.

Decerto, e a princípio, pode-se afirmar que, mesmo em meio à brutalidade e às denúncias do golpe de 1930, o regime de Uriburu teve uma verdadeira oportunidade de aproveitar o relativo consenso em torno de sua eclosão, para restabelecer certa normalidade institucional na Argentina. As razões pelas quais não o conseguiu podem estar vinculadas, por um lado, ao fato dele ter sido apenas um triste epílogo da tradição nacionalista e conservadora do país, como assinalou Fernando Devoto (2002); e, por outro, à ainda incipiente eficácia da doutrina fascista, professada por alguns de seus apoiadores, impedidos de assumir o posto para o qual se acreditavam destinados, segundo um estudo de Federico Finchelstein (2008). Em qualquer um dos casos – tanto o de uma revolução restauradora, quanto o de uma absoluta mudança de paradigmas –, o projeto autoritário teria falhado em dar um novo rumo político à nação, algo que só aconteceria com maior efetividade em 1943, com o outro golpe militar, que abriu caminho para a ascensão de Juan Domingo Perón ao poder. De maneira que, durante mais de uma década, o regime esteve destituído de um programa consistente e de um direcionamento claro, pois tampouco as vertentes liberais com que ele também dialogava assumiriam o controle necessário para reinstaurar uma democracia de fato no país. E, por todo esse período, como demonstrou María Dolores Béjar (2005), as práticas fraudulentas, que atravessam todas as instâncias do governo, indicavam o vazio normativo sobre o qual ele havia se instalado.

Criou-se assim uma crise do marco republicano, com múltiplas facetas. O descontrole do governo, com suas obscuras ou hesitantes transações palacianas, favorecia uma instrumentação do poder executivo por líderes regionais com interesses próprios; a falta de clareza nas regras do jogo político traduzia-se em uma repressão, igualmente des governada, contra ameaças aos privilégios que ele gerava; e a população, excluída desses trâmites, abdicava à cidadania por desinteresse, em uma equivalente degradação carnavalesca de seus costumes linguísticos e culturais, como ressaltado por María Pia López (2007). O ressentimento dos radicais, por sua vez, alimentado pelo furor acusatório do golpe e pela ilimitada opressão subsequente, era uma fonte de energias que prometia ao regime uma resposta cada vez mais temida. Três episódios são de particular interesse a um estudo sobre a maneira como Borges acompanhou o desenvolvimento desse cenário.

O primeiro deles diz respeito a Manuel Gálvez, conhecido intelectual portenho da época, que apoiara a eleição de Yrigoyen em 1928, para depois reconhecer méritos no autoritarismo de Uriburu, mas sempre aguardando o surgimento de um novo líder popular, que articulasse as duas tendências, como única solução de governabilidade em uma sociedade de massas. Nesse sentido, publicou, entre 1933 e 1934, uma série de textos, depois reunidos em um livro intitulado *Este pueblo necesita...*, em que exaltava o golpe, mas afirmava que ele teria carecido de força para levar a cabo a tarefa de consolidação do fascismo na Argentina, de modo que a expectativa pela entrada em cena de um homem respeitado e amado pela população – uma espécie de Mussolini *criollo* – permanecia em suspenso. Já a referência de Borges a Gálvez, em um artigo chamado *Infinita perplejidad*, enviado à *Crítica* em setembro de 1932, é sobre uma questão menos central, mas ainda assim sugestiva, quanto à situação em que se encontrava o país segundo seu ponto de vista, ressaltando também a megalomania que ele passara a entender como um dado inerente à doutrina fascista e ao caráter de seus seguidores, pois o artigo teria sido motivado por uma suposta carta enviada por Manuel Gálvez à Academia Sueca, no qual ele reclamava para si mesmo o prêmio Nobel de literatura daquele ano. Após expressar seu desconcerto diante do documento de “inusitada originalidade”, Borges prosseguia: “Que a pátria necessita de honra – ainda mais depois de ser apequenada pelo golpe de Uriburu e pelas recentes apoteoses

denuncistas – é inquestionável, mas podemos duvidar que Gálvez seja o homem predestinado para este fim” (BORGES, 2007 [1932], p.332).

O segundo episódio gira em torno de um evento de maior repercussão nacional. Seu movimento inicial se deu com a morte de Hipólito Yrigoyen, em meados de 1933, quando a multidão que acompanhou o cortejo fúnebre confirmou os temores oficiais de que o radicalismo possuía um apoio popular intacto, e até mesmo crescente, na medida em que se renovavam as lembranças dos anos 1920. A ascensão de Hitler também pode ter contribuído para a preocupação do governo com as possíveis consequências da crise econômica, cujos efeitos haviam então atingido seu ponto máximo. Assim, quando a UCR se reuniu para uma convenção no final do ano, a ela se seguiu um levante, com ataques de civis armados a sedes policiais e edifícios públicos, que foram, porém, logo reprimidos pelo exército, já em estado de alerta para a possibilidade da agitação. Meses depois, Arturo Jauretche, um de seus participantes, publicava o poema *El paso de los libres*, em que eram rememorados os fatos do levante de 1933, com prólogo de Jorge Luis Borges.

Como se tornaria frequente a partir daí, em situações semelhantes, Borges formulou um elogio peculiar ao livro, no qual aproveitou para tecer considerações de ordem pessoal. Essas se referiam ao tema da *patriada*, que ele distinguia do *cuartelazo*, e na qual vislumbrava a decência de uma morte irrisória e decretada insignificante pelos anais históricos, dada a intrínseca vocação da *patriada* para o malogro. “O acontecimento, em si, é patético”, ele acrescentava então, conferindo ao assunto um ar quixotesco, em que conspiradores se dispunham a morrer por uma causa perdida, sem possuírem os recursos nem tampouco o talento logístico para uma eficaz ação coordenada (BORGES, 2007 [1934], p.107-8). Nesse sentido, sua descrição do evento remetia ao ambiente dos armazéns suburbanos e dos comitês políticos que ele havia conhecido nos anos 1920, quando um sentimento patriótico difuso, oscilante entre a melancolia e o entusiasmo, dava o tom de uma cultura popular pela qual ele sentia um carinho nostálgico, uma vez que ainda estava imune ao sistemático rancor gerado pelo golpe.

Em 1935, porém, os resultados do descontrolado levante já haviam colocado oposição radical diante de duas alternativas excludentes: o retorno à participação de seus candidatos nas eleições fraudadas, ou a criação de movimentos clandestinos mais

organizados, tanto em termos práticos quanto ideológicos. A primeira delas foi escolhida pelo presidente do partido, Marcelo T. de Alvear, antigo adversário de Yrigoyen, o que levou a uma coação ainda mais aberta do governo contra a cidadania nas votações seguintes. Na direção da outra, à qual se relaciona o terceiro ponto, seguiriam os dissidentes insatisfeitos com a postura de Alvear, entre eles Arturo Jauretche, que naquele ano foi um dos fundadores da Frente de Orientación Radical de la Joven Argentina (FORJA), de índole revolucionária e ideário comunista. Horacio Salas, biógrafo de Borges, conta ter tido acesso a uma lista elaborada na ocasião, em que o nome dele figurava como um dos primeiros possíveis candidatos a integrar o movimento (SALAS, 1994, p.97). Naturalmente, o convite não foi aceito, e hoje há até certa comicidade em imaginar o escritor tímido e curto de vista, pegando em armas para tomar a Casa Rosada. Mas o caso nos diz algo sobre as ambiguidades de sua condição política, naquele momento de rearticulação de forças, ao mesmo tempo em que marca seu afastamento definitivo do novo radicalismo pós-1930.

Certa ambiguidade continuaria sendo, a partir daí, uma marca do solitário e singular posicionamento político de Borges. No entanto, em meio a movimentos hesitantes e dubitativos, ele viria a reformular seu entendimento do presente e do passado argentinos, justamente através de uma ponderação reflexiva, que levaria em consideração as ambivalências do conjunto de questões envolvidas no debate nacional, chegando a uma conclusão, apenas após uma sequência de raciocínios matizados. Foi isso o que aconteceu, quando, durante a celebração do quarto centenário de fundação de Buenos Aires, a central de difusão radiofônica do Teatro Colón promoveu a leitura de uma série de textos, encomendados a intelectuais e políticos da cidade, que, naquele mesmo ano, seriam reunidos em um tomo editado pelo governo municipal. Borges foi convidado a participar das homenagens pelo intendente Mariano de Vedia y Mitre e aceitou a incumbência com satisfação, preparando um longo discurso, em certa medida limitado pelas convenções do gênero, mas também bastante metucioso na composição de um argumento sobre o papel da capital Argentina em meio às turbulências políticas do país no período.

Tareas y destino de Buenos Aires foi escrito para transmissão oral e tem, portanto, as costumeiras considerações iniciais, voltadas para conquistar a atenção do público, mesmo que Borges utilize o recurso com a não menos habitual proclamação de que irá

dispensá-lo. Em seguida, ele anuncia o tema do discurso – primeiramente através da negativa –, prometendo que não o aproveitaria para elaborar mais uma “fundação”, algo que já teria se tornado um gênero literário característico da cidade. Assim, após citar alguns outros escritores que o teriam praticado, menciona o poema de sua autoria, escrito dez anos antes, sobre a “Fundación mitológica de Buenos Aires”, e o insere integralmente no texto da conferência, ou quase, com a omissão da estrofe em que Hipólito Yrigoyen era saudado em letras maiúsculas. A declamação termina, portanto, com os mesmos versos que na década de 1920 conferiram ao objeto do poema um caráter eterno e atemporal. “Entretanto, Buenos Aires teve um começo”, ele então aproveita para dizer, por contraste, logo que retoma o prosseguimento do discurso. “Apesar deste juízo alexandrino e sentimental, celebramos agora um centenário – o quarto – da primeira fundação da pátria” (BORGES, 1936, p.516).

Esse enunciado já contém um movimento muito significativo, que desloca o texto de uma possível inserção na esfera do mito (ou de sua configuração estética) para o terreno da discussão histórica. Além disso, Borges afirma ainda que a questão sobre a natureza essencial da cidade apresentava o risco de suscitar mil e uma respostas, “todas inverificáveis, todas diversas e todas igualmente mitológicas”. O procedimento comum a todas elas seria o de confundir costumes, idiossincrasias e preconceitos locais com “ideias” universais, que não admitiriam nenhuma refutação intelectual. Essa vã diversidade de pareceres, “essas polêmicas poucas vezes divertidas e finalmente nulas”, porém, deixavam clara a importância simbólica que a cidade havia adquirido ao longo dos séculos, por ter sido palco dos mais decisivos eventos da vida política da nação. Importância essa que Borges acreditava concentrar-se ainda mais na Plaza de Mayo, ao constatar que “não há nenhum outro lugar de Buenos Aires tão saturado, tão *curado* de história, de sensível tempo humano” (BORGES, 1936, p.518-9).

Na sequência, ele passa a aludir justamente aos dois principais episódios dessa história, que legitimavam a situação de destaque da capital. Sobre o primeiro deles – a guerra de independência contra a Espanha –, diz ter consciência do aspecto de disciplina escolar do tema, sujeitando aquele que o mobilizasse a acusações de ingenuidade e credence simplória. Ainda assim, ele recorre às imagens mais tradicionais da heroica constituição da pátria, para contrapô-las a outras que, na década de 30 do século XX, eram foco de maior prestígio, inclusive por serem consideradas expressões de um

espírito mais complexo e refinado; isto é, as imagens do tempo de Rosas. E, ao descrever essas últimas, o discurso constrói uma cena ruidosa e multicolor, cheia de som e fúria, na qual, todavia, está explícita a intenção do orador de encontrar nela também o patético dos extremos da ênfase e da agitação, em proclamações oficiais pontuadas de “vivas y mueras”, no “deliberado atontamiento de los espíritus”, ou no vermelho insistente das divisas e emblemas rosistas. “Esta época tosca [*charra*] nos fascina”, diz então Borges, como espantado com o fenômeno, sem dele isentar-se. E, para resumir o ponto, ele admite: “Dito de outro modo, a estética se sobrepôs à ética” (BORGES, 1936, p.523).

No entanto, era preciso ainda acrescentar a esse diagnóstico uma observação da maior importância. Se, por um lado, ele situava as reflexões do discurso na linhagem unitarista, que teria enfim vencido Rosas e criado as condições para a república, por outro, era nas próprias origens literárias dessa tradição que Borges encontrava uma real ameaça à unidade nacional. Isso em função do “prestígio satânico” conferido à figura do tirano por seus mais célebres adversários: “O dom Manuel segundo Mármol e segundo Sarmiento é o que me preocupa, não o desvanecido general Rosas do historiador Adolfo Saldías”. Tratava-se, assim, de substituir uma visão romântica, que pintara as guerras do século XIX com os matizes fortes de um enfrentamento contra os poderes ocultos do mal, por outra, que retirava toda substância da violência e da desordem, apresentando-a como um fenômeno contingente, causado por uma situação política particular. Não havia nenhum mistério subjacente àquela grande confusão que teria se proliferado sob o domínio de Rosas. E agora ela devia ser vista como mera aparência, em tudo o que possuía de descontrolada embriaguez e afetação mistificadora, tendo como pano de fundo a figura apagada de um general infame.

Já em um artigo publicado em *La Prensa*, poucos meses antes, pode-se acrescentar, Rosas era caracterizado por Borges como um “burocrata estancieiro”, em comparação com antigos chefes das hostes federais, como o próprio Facundo Quiroga (BORGES, 2007 [1935], p.127). Desse modo, a arte e o engenho, que Sarmiento via nele articulados ao impulso vital, ficavam reduzidos pela análise à banalidade de uma etiqueta e uma logística no manejo da máquina pública. Todavia, se, ainda assim, Rosas tivesse sido transformado em um suposto portador do carisma gauchesco, um simulacro do poder da pampa no controle da cidade, restava a Borges o problema da arraigada

concepção de que o solo argentino era o verdadeiro repositório de uma força substancial, em eterno combate com a civilização, o que justificaria até mesmo o fascínio por suas expressões mais degradadas. O próximo passo de um discurso iconoclasta sobre esses símbolos devia então estar voltado justamente para a figura do *gaucho*, “numen ou semideus” incorporado à tradição, síntese de terrores e encantos mitológicos, cuja derrubada já havia sido antes pretendida por outros autores, mas com pouco sucesso.

Aqui, mais uma vez, ele parte para uma tentativa de compreensão do fenômeno, sob a perspectiva de suas origens culturais: “Não tento uma impossível demolição. Outro propósito me chama: o de indicar (que seja de passagem) o que há de paradoxal e comovedor neste culto”. Para isso, as guerras contra *el caudillaje*, que sucederam a da independência, deviam ser entendidas em toda a ambivalência de seus resultados. Se, por um lado, elas haviam proporcionado a organização da república pela capital, por outro, teriam criado as condições do surgimento, na própria cidade, de um produto cultural exclusivo de escritores urbanos: a literatura gauchesca. De maneira que, tendo vencido a guerra, Buenos Aires concedia a seus heróis uma estátua ou a nomeação de uma rua, mas preferia gastar suas maiores energias criativas na imaginação do mito. A conclusão era de que a sociedade do século XIX havia lutado contra um oponente real, claramente definido como um inimigo político, que não merecia seu ódio, mas era uma ameaça concreta a seus valores. Depois, o havia recriado como um arquétipo abstrato, que não era um modelo para a conformação da realidade, e sim o necessário contraponto da decência e da parcimônia decorrentes da normalização da vida pública.

Nesse ponto, uma digressão mais longa deve ser feita, antes que o final do discurso seja examinado. O que havia de “comovedor” nessa última constatação era o reconhecimento de que a civilização estava atravessada por uma falta intransponível, para a qual o otimismo com suas conquistas seria um substituto insuficiente, que estimularia sempre a transformação de uma alteridade radical em matéria de sonhos. Na medida em que esses sonhos permanecessem como tais, e o orgulho civilizatório não se convertesse em uma via de mão única, isso criava um quadro de relativo equilíbrio, que não eliminava o conflito entre a ética e a estética em favor de nenhum dos dois polos, mas convivía com ele, na aceitação do impasse, ao invés de buscar uma síntese redentora. E era justamente esse equilíbrio que havia sido rompido no final do século

XIX e início do XX, conforme a razão prática e a deliberação moral eram convertidas em um racionalismo cientificista e em uma cultura da arrogância, gerando um ambiente propício à proliferação de mitos, que buscavam sobrepor-se efetivamente à esfera da história concreta.

Daí a preocupação com o satanismo mistificador da figura de Rosas e a urgência em desconstruí-lo, através da caracterização da impostura. Uma necessidade decorrente da dissolução de uma esfera de racionalidade e confiança, sustentada por valores morais básicos, e em certa medida negociáveis, que permitia a expressão de seus contrários com alguma elasticidade, mas, em última instância, preservaria a clareza de raciocínio requerido para representá-los como adversários. Essa mesma clareza, por outro lado, passava a ser entendida como obtusidade moralista, ou carência de sofisticação intelectual, no momento que seus fundamentos eram abalados. Assim, a respeito da ideia de progresso, um dos principais alvos da crítica modernista, Borges, com óbvia ironia e algum desalento, havia escrito o seguinte em 1933:

Essa ideia instável pode bem pode corresponder à realidade, mas o abjeto século dezenove a apadrinhou. Somos do século XX – *id est*, já somos evoluídos demais para dar crédito a falácias grosseiras como a evolução. Que essa ingenuidade fique para os varões dos daguerreótipos desvanecidos e das botinas de elástico. (BORGES, 2007. [1933a], p.49)

De modo que o “ingênuo” aparecia aí como carente de engenho, de refinamento estético ou metafísico (em um comentário não destituído de engenhosidade e sofisticação). “Denegrir o século XIX é um dos passatempos, ou um dos desafogos, do nem sempre agradável século XX”, ele escreveria ainda poucos anos depois (BORGES, 2000 [1939], p.156), quando o “passatempo” a que se referia estaria tomando um viés político decisivo, prestes a chegar a um clímax devastador. Não que ele considerasse, *a priori*, uma superioridade moral ou científica dos valores positivos oitocentistas em relação a novos postulados. A diferença residiria, sobretudo, na maneira enfática e impositiva com que esses se afirmavam, o que substituía o debate intelectual pela divulgação de manifestos e slogans impactantes, mas que careciam de consistência teórica e viabilidade prática. Daí o que Borges escreveria em “Vindicación del 1900”:

Pela boca de um jornalista, o século XX qualificou de “estúpido” o século XIX; talvez não seja ilícito recordar que as doutrinas pelas quais estão

morrendo os homens do século XX – nazismo e comunismo – não são invenções do século XX. O nazismo procede notoriamente de Fichte e Carlyle; o marxismo deve ter algum tipo de relação com Karl Marx; o estúpido século XIX foi, antes de nenhuma outra coisa, um século de libérrima discussão; não há argumento contra ele, contra suas preferências ou instituições, que não tenha sido formulado por alguém desse mesmo século. (BORGES, 2007 [1945], p.226).

O que Borges lamentava, portanto, era a arrogante desqualificação do opositor, convertida em estratégia discursiva, que esvaziava as mesmas teorias que seus agentes pretendiam defender, dada a necessidade de que essas fossem apresentadas, de modo a alcançar uma repercussão urgente e imediata. “Há quem prefira ser intimidado a ser convencido”, ele observaria em um artigo do final da década de 1930 (BORGES, 2005, [1938], p.385). Mas sabia muito bem que isso podia implicar em um determinado grau de idealização do século XIX, uma tentativa de contrapor a imagem de um passado mais ameno à experiência do presente. Por isso, teria terminado o “Vindicación del 1900” com as seguintes palavras: “Nossa época é, ao mesmo tempo, implacável, desesperada e sentimental; é inevitável buscar distração na carinhosa falsificação de épocas pretéritas” (BORGES, 2007 [1945], p.228).

Em resumo, o século XIX tornara-se para Borges uma categoria na qual se alojava a imagem de um mundo, cuja racionalidade era creditada a uma apreciação da “realidade histórica”, convertendo-se em um “mundo da política” por excelência, para usar uma expressão de Elías Palti (2004), que, porém, fora corrompido por um século XX idealista e ávido consumidor de mitologias, o que, nunca é demais reafirmar, correspondia à degeneração do racionalismo, do realismo e do historicismo, já no final do oitocentos em superstições pseudocientíficas, igualmente consumidas como respostas fáceis para problemas complexos, nas quais a deliberação racional era substituída pela redução fetichista – o que, politicamente, era expresso pela adoção de paradigmas, cujos fundamentos se tornavam inquestionáveis e muitas vezes não eram sequer recordados por seus representantes. No plano internacional, esse processo estaria relacionado aos distúrbios geopolíticos, iniciados em 1914, e enfrentados com notável inabilidade pelas forças remanescentes do século anterior, em sua insegurança travestida de convicção e autossuficiência; no contexto local, a ele se podia creditar a interrupção da experiência democrática gestada pelas guerras civis, no momento em que os esforços

e dificuldades da criação do Estado argentino haviam se tornado uma matéria escolar denegrida e desprezada.

Disso, depreende-se que garantias irrealistas de estabilidade e prosperidade podem se converter em condições para a derrocada de uma ordem conquistada a muito custo e dependente de atenção e reformas constantes, para que seja mantida e renovada. Nesse caso, cria-se o risco de que as gerações nascidas em tal conjuntura passem a flertar com universos paralelos de significação, transformando-os, em última instância, em modelos de oposição radical contra o lamentável estado de degradação e enfraquecimento do legado tradicional. Sobre isso, Borges escreveu, em 1937, um prólogo para uma *Antología clásica de la literatura Argentina*, em que ressaltava a “energia moral” e o “vigor intelectual” com que os escritores nacionais do século XIX haviam participado das decisões políticas responsáveis pela organização da sociedade e das instituições argentinas. Sendo que, após 1880,

os pensadores podem se mover, se o desejarem, no campo da teoria pura; o artista pode isolar-se, se o desejar, na torre de marfim. Mas os homens da década anterior, desde a Revolução de Maio até a conquista do deserto e a federalização de Buenos Aires, tinham que pôr suas teorias à prova na ação; tinham que viver a filosofia que professavam; a literatura intervinha nas contendas políticas. Isto confere à obra daqueles escritores, desde Funes e Monteagudo até Avellaneda e Estrada, uma extraordinária força vital. (BORGES, 2007, [1937a], p.164)

Isso conferia outro aspecto à “amenidade” com que antes foi qualificado o século XIX. Borges, inclusive, no discurso de 1936, já se referira às guerras entre unitários e federais, como a reunião de “todas as tristes variedades do inferno”, esclarecendo, porém, que considerava aquele inferno uma etapa necessária para a delimitação das fronteiras e o estabelecimento da ordem institucional no país. Realmente ameno, então, teria sido o período que ia de 1880 e 1930, no qual a atividade especulativa era favorecida pelas conquistas das décadas anteriores e era direcionada, inclusive, contra a estabilidade decorrente dessas conquistas, expressando um desejo pelo risco e pela aventura, em *constructos* a princípio puramente formais, mas que se tornariam um reservatório de utopias para a reorganização da sociedade, no momento em que essa enfrentasse uma crise mais aguda.

Muito do que Borges escreveu a partir daí, sobre a geração de 1920, baseava-se em uma compreensão desse mecanismo, como na resposta redigida naquele mesmo ano a um texto de Cambours Ocampo, que exaltava o “heroísmo” dos jovens modernistas das revistas *Proa* e *Martín Fierro*, entre outras, as quais teriam “arrasado a Bastilha dos preconceitos literários”, na opinião do articulista. “Não sei o que opinarão meus companheiros de apoteose acerca desta promoção”, dizia Borges. “Quanto a mim, posso jurar que a gratidão não exclui o estupor, a inquietação, o leve remorso e um extremo desconforto” (BORGES, 1998 [1937b], p.300). Na sequência, ele caracterizava aquelas publicações como meios de divulgação de “alarmantes metáforas cósmicas”, tanto em versões irreverentes, como a de Antonio Vallejo, quanto em versões “piedosas”, como a que havia sido proposta por ele mesmo. E acrescentava a seguinte nota:

Na memória, o sabor desses anos é muito variado; eu juraria, no entanto, que predomina o agridoce sabor da falsidade. Da insinceridade, se uma palavra mais cortês se requer. De uma insinceridade peculiar, em que colaboram a preguiça, a lealdade, a diabrura, a resignação, o amor-próprio, o companheirismo e acaso o rancor. Não culpo ninguém, nem sequer meu eu da época; tento apenas – através do “grande espaço de tempo” a que alude Tácito – um exercício cristalino de introspecção. (BORGES, 1998 [1937b], p.301)

A partir dessa citação, enfim, a relação entre o século XIX argentino e o papel da Inglaterra no pensamento de Borges pode ser explorada. Enquanto a questão da autenticidade ocupava o centro dos debates públicos na Argentina da década de 1930, uma vez que eram buscadas as maldições ontológicas e os atributos essenciais do povo argentino, Borges reclamava para si o valor da “sinceridade”, alcançado através de um exame autobiográfico e da exposição de suas conclusões, na tentativa de recuperar uma integridade pessoal, fundada em princípios mais simples e honestos. Esse qualificativo, tal como associado por Lionel Trilling (1972) à literatura e à sociedade inglesa do século XIX, pressupõe uma carência de sofisticação, correlata à compostura com que são praticadas tarefas regulares e cotidianas; uma confiança na ordem das coisas, que previne o pensamento de se perder em sutilezas metafísicas; e a manutenção da probidade moral, mesmo em um universo destituído de convicções religiosas, no qual a ideia do dever possa ser mantida, sem que esteja vinculada a um fim absoluto. Em sociedades em processo de abertura e expansão, tudo isso ganha um sentido de preservação e restauração da vida comunitária, considerando-se que, para isso, basta ser

acionada a boa-vontade de indivíduos, comprometidos com a realização de um trabalho impessoal. Ou seja: enquanto o critério de autenticidade julga como falsas as estruturas culturais presentes, no contraste entre o aparente e o essencial, o homem sincero se esquivava dessa distinção, oferecendo seus talentos e aptidões a uma organização social, ainda que imperfeita e provisória, de modo a mantê-la e aprimorá-las para as gerações futuras.

E isso, afinal, explica a postura assumida por Borges no discurso comemorativo do quarto centenário da fundação de Buenos Aires. Através dele, a ascensão do radicalismo, que apoiara, era vista como o resultado do declínio da tradição responsável pela organização da república, o que favorecia o surgimento de falsas soluções para os problemas nacionais, posto que formuladas em um âmbito estritamente teórico. No momento em que tal conjunção de fatores havia revelado toda sua incompetência em lidar com situações concretas mais complicadas, no entanto, a reação autoritária teria sido fruto do ressentimento e do ódio, cujas manifestações indicavam a mais completa falta de racionalidade, bem como a mesma ausência de aptidão prática para restabelecer a ordem institucional, o que criaria um panorama crescentemente instável, no qual proliferava um idealismo de viés sistemático, para o qual as questões do país seriam resolvidas por gestos abruptos e soluções generalizantes. Àquela altura, portanto, na perspectiva de Borges, o artigo de maior escassez no contexto político e intelectual do país seria o “discernimento” das complexidades de sua situação histórica, expresso de uma maneira desapaixonada, que, todavia, não abandonasse a certeza de que havia valores básicos a serem preservados. Valores esses que residiam em certa noção de nobreza, indissociável da simplicidade, tal como Borges imaginava que haviam sido no espírito dos fundadores da pátria.

Em 1929, com a biografia de Evaristo Carriego, Borges havia adiantado que tal simplicidade relacionava-se com uma forma específica de afeto. Desse modo, o discurso de *Tareas y destino de Buenos Aires* era finalizado com uma íntima e parcimoniosa declaração de amor por uma cidade e sua história, que conjurava as recordações de antepassados mortos nas guerras de independência ou sob a ditadura de Rosas, professando o “dever da esperança” de que Buenos Aires seria capaz de reunir, mais uma vez, as forças requisitadas para confrontar uma situação de risco. O que era uma declaração de otimismo, uma declaração de confiança, uma secularizada declaração de

fé, segundo a qual um povo sensato e humilde enfrentaria o “rosto desconhecido” de seu “secreto porvir”, resignando-se a ser “um entre muitos”, isto é, recuperando o projeto de fazer da Argentina uma nação entre outras no cenário político internacional, com toda a humildade que esse propósito exigia e toda honra que sua realização poderia conferir.

A cortesia e o declarado pudor do discurso, portanto, não seriam somente uma concessão ao meio em que seria divulgado; tornavam-se também complementos retóricos da ingenuidade, que seria preciso resgatar do passado, diante do transtorno das mais simples convicções. Uma tentativa de organizar os tumultos com alguma clareza e lucidez. O *estilo médio* da oratória, conversado e não declamado, que simulava vacilações e incertezas, correspondia à noção de um senso comum de bases instáveis, sobre as quais, no entanto, seria possível buscar um consenso, sem recair na pura hesitação liberal ou relativista. Mas, nesse sentido, a própria plateia de Borges era uma criação ficcional, que só mesmo a transmissão do discurso via rádio permitia. Concretamente, não era possível imaginar sua existência nos anos 1930 em Buenos Aires. Ou melhor, apenas era possível “imaginá-la”, na suposição de que, nos lares onde o discurso estivesse sendo escutado, sobrevivessem os homens aos quais ele se destinava. E, de modo análogo, o próprio orador seria o produto de uma atividade de *self-fashioning*, para usar a expressão divulgada por Stephen Greenblatt (1984), com que Borges teria buscado adaptar-se à ocasião.

Com isso, na teatralização da vida política de Buenos Aires daqueles anos, marcada pela polaridade entre um autoritarismo corrompido e promessas messiânicas de salvação nacional, Borges, por um momento, ocupou um papel que havia sido deixado vago: o de um constitucionalismo moderado, esperançoso na possibilidade de que o projeto de consolidação da democracia liberal fosse levado a cabo na Argentina, tendo em vista que suas bases já haviam sido estabelecidas com solidez no século anterior, sendo apenas necessário despertar energias adormecidas. Incorporando então as conquistas do passado, esse projeto olhava para o futuro, mas um futuro que chegaria através do esforço reformista contínuo, não em uma trágica redenção purificadora, o que demandava um sentimento de relativa coesão entre campo das experiências e o horizonte de expectativas, cujo eixo de articulação devia ser preenchido pelo diálogo constante, que impedisse o total descolamento das duas esferas, mas as considerasse como um conjunto maleável, que permitisse transformações graduais.

Naquele momento, contudo, o rompimento desse vínculo já era demasiadamente nítido para que sua representação tivesse condições efetivas de repercutir na realidade, o que ameaçava converter o discurso de Borges em uma peça meramente retórica, que “carinhosamente” falsificava a imagem da nação, sob a forma de uma república em vias de integrar-se à civilização do ocidente, quando o curso do presente no país, e daquela mesma civilização, apontava em outras direções.

É provável que ele estivesse bastante consciente disso, dada a amargura e a desesperança com que acompanhava os desdobramentos do golpe, bem como o ânimo depressivo de suas anotações pessoais no período. Mas o dever para com a pátria é peremptório: ele exige que tais circunstâncias sejam ignoradas. Além disso, após a leitura do documento, fica a impressão de que, com toda sinceridade, Borges gostou de desempenhar aquele papel, no momento em que foi chamado a fazê-lo. Depois de ter sua participação na esfera pública limitada à edição de um suplemento literário sensacionalista, no início da década, ele teria visto, no convite do intendente municipal, uma oportunidade de encarnar o intelectual responsável, otimista e ativo, em sintonia com as tarefas e o destino que aguardavam a nação, cujo modelo havia encontrado em figuras do século XIX. Podemos então imaginar como ele trabalhou cuidadosamente cada frase do discurso, paramentado com as vestes de antepassados ilustres, repleto de compostura, cortesia e discernimento. Sua entrada em cena durou mesmo muito pouco, foi apenas uma fala secundária, dirigida a um público desinteressado. Mas, naquele dia em que seu texto foi lido na difusora do Teatro Colón, imagino que o tímido e fracassado escritor, que àquela altura ele sentia ser, converteu-se em um homem confiante e cheio de força moral, de quem a família podia se orgulhar.

Há algo de patético nisso tudo, sem dúvida. Talvez tenha sido ligeiramente ridículo. Mas, do ângulo em que a coisa pode ser vista hoje, na insignificância do episódio existe uma espécie de grandeza. Uma grandeza comovente.

Referências Bibliográficas

BALDERSTON, Daniel. *¿Fuera de Contexto?* Referencialidad histórica y expresión de la realidad en Borges. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1996 [1993].

BÉJAR, Maria Dolores. *El régimen fraudulento: la política en la provincia de Buenos Aires, 1930-1943*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BORGES, J. L. Carta a Alfonso Reyes. In: PACHECO, Jose Emilio. *Borges y Reyes: una correspondencia. Contribución a la historia de una amistad literaria*. In: *Revista de la Universidad de México*, v. 34, n. 4, p. 1-16, diciembre de 1979 [1930].

_____. Infinita perplejidad. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1932]. p. 331-2.

_____. La eternidad y T. S. Eliot (fragmento). In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1933a]. p.48-51.

_____. Mitologías del odio. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1933b]. p.56-60.

_____. El Paso de los Libres, de Arturo Jauretche. Prólogo. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1934]. p.107-8.

_____. La vuelta de Martín Fierro. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1935]. p.125-129.

_____. Tareas y destino de Buenos Aires. In: MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. *Homenaje a Buenos Aires en el Cuarto Centenario de su Fundación*. Buenos Aires: 1936. p.515-532.

_____. América y el destino de la civilización occidental. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1936]. p.342-343.

_____. Prólogo à Antología Clásica de la Literatura Argentina. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1937a]. p.163-165.

_____. As “novas gerações” literárias”. In: _____. *Obras completas*. Vários tradutores. São Paulo: Globo, vol. IV, 1998 [1937b]. p.300-302.

_____. “Die Vorsokratiker”, de Wilhelm Capelle. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé Editores, vol. IV, 2005 [1938]. p.385.

_____. De la vida literaria. In: _____. *Borges en el hogar 1935-1958*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2000 [1939]. p.156.

_____. Vindicación del 1900. In: _____. *Textos recobrados 1931-1955*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007 [1945]. p.224-228.

DEVOTO, F. J. *Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

- DONGHI, Tulio Halperín. *La Argentina y la tormenta del mundo: ideas e ideologías entre 1930 y 1945*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.
- FINCHELSTEIN, Federico. *La Argentina fascista: los orígenes ideológicos de la dictadura*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.
- GIORDANO, Alberto. Borges: la ética y la forma del ensayo. In: *Punto de Vista*, año XXIV, n. 70, p.29-34, ago. 2001.
- GONZÁLEZ, José Eduardo. *Borges and the politics of form*. New York and London: Garland Publishing, 1998.
- GREENBLATT, Stephen. *Renaissance self-fashioning: from More to Shakespeare*. Chicago: The Chicago University Press, 1984.
- HADIS, Martín. *Literatos y excéntricos: los ancestros ingleses de Jorge Luis Borges*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2006.
- LÓPEZ, María Pia. 30/43: História, ensayo y literatura. In: VIÑAS, D. et. al.. *La década infame y los escritores suicidas (1930-1943)*. Coordinado por María Pia López; dirigido por David Viñas. Buenos Aires: Paradiso. Fundación Crónica General, 2007. p. 11-39.
- LOUIS, Annick. *Borges cace au fascisme: les fictions du contemporain*. La Courneuve: Aux Lieux d'Être, 2007.
- PAULS, Alan. Política del pudor. In: PAULS, A.; y HELFT, N. *El factor Borges: nueve ensayos ilustrados*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Argentina, 2000. p. 47-56.
- PALTI, Elías José. *El tiempo de la política*. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.
- PINTO, Julio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- PRISLEI, Leticia. *Los orígenes del fascismo Argentino*. Buenos Aires: Edhasa, 2008.
- SAER, J. J. Borges francófono. In: _____. *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Seix Barral, 2004 [1992]. p.30-37.
- SALAS, Horacio. *Borges, una biografía*. Buenos Aires: Emecé, 1994.
- SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. Buenos Aires: Ariel, 1995 [1993].
- TERÁN, Oscar (coord.) *Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

WARLEY, Jorge A.. *Vida cultural e intelectuales en la década de 1930*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

WILLIAMSON, Edwin. *Borges: una vida*. Trad. Elvio E. Gandolfo. Buenos Aires: Seix Barral, 2006.